

ILMO. SR. PREGOEIRO DESIGNADO PARA A SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 039/2021, DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 141/2021, DO MUNICÍPIO DE LAGOA FORMOSA-MG.

Ref. Edital do Pregão Presencial nº 039/2021.

Francisco Barroso Filho, jornalista e geógrafo, inscrito no CPF 324.884.751- 49, vem, com fulcro no art. 9º da Lei 10.520/2001, bem com em atenção ao item 3.7 e

3.7.1 do respectivo edital, apresentar **IMPUGNAÇÃO** aos termos do edital acima referenciado, pelas razões a seguir expostas, requerendo para tanto sua apreciação, julgamento e admissão. A presente impugnação pretende afastar do presente procedimento licitatório, aquelas exigências feitas em extrapolação ao disposto no estatuto que disciplina as licitações no âmbito da Administração Pública, Lei nº. 8.666, de 21 de Junho de 1993, e suas alterações posteriores que, notoriamente, restringem a ampla participação ao certame licitatório e vão de encontro aos Princípios da Legalidade e da Isonomia, riscos que, por si só, justificam a revisão e reformulação do instrumento ora impugnado, de forma a atender as necessidades da administração pública sem ferir os princípios balizadores de uma licitação.

Preliminarmente, lembramos que o entendimento corrente na doutrina, como na jurisprudência, que o edital, no procedimento licitatório, constitui Lei entre as partes e é instrumento de validade dos atos praticados no curso da licitação,

ao descumprir normas editalícias, a Administração frustra a própria razão de ser da licitação e viola os princípios que direcionam a atividade administrativa, tais como: o da legalidade, da moralidade e da isonomia", bem como os contidos no Art. 30. da Lei das Licitações, in verbis: "Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA ISONOMIA, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios BÁSICOS DA LEGALIDADE, DA IMPESSOALIDADE, DA MORALIDADE, DA IGUALDADE, DA PUBLICIDADE, DA PROIBIDADE ADMINISTRATIVA, DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO, DO JULGAMENTO OBJETIVO E DOS QUE LHES SÃO CORRELATOS" (Grifo nosso.)

1. DA TEMPESTIVIDADE

Dispõe o item 3.7. do Edital "Impugnações aos termos do Edital poderão ser interpostas por cidadão até o terceiro (3º) dia útil, e por licitantes até o terceiro (3º) dia útil, que anteceder a abertura das propostas, mediante petição a ser enviada, preferencialmente, para o endereço eletrônico licitacao@lagoaformosa.mg.gov.br, ou protocolizadas no Setor de Protocolos, dirigidas ao(a) Pregoeiro(a), que deverá decidir sobre a petição"

Destarte, como a abertura do pregão está determinada para o dia 16/11/2021, o prazo para apresentar a referida impugnação tem como termo *ad quem* o dia 10/11/2021.

Outrossim, diante da tempestividade da presente, requer Vossa Senhoria receba a mesma, decidindo no prazo legal, vindo a acolher a impugnação definindo nova data para realização do certame.

2. RAZÕES DA IMPUGNAÇÃO

O Município de Lagoa Formosa, representada pelo Pregoeiro designado mediante portaria, levou ao conhecimento dos interessados que realizará licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL do tipo MENOR PREÇO POR ITEM cujo objeto é:

REGISTRO DE PREÇO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE CAPACITAÇÃO/TREINAMENTO, CONSULTORIA E ASSESSORIA DE NATUREZA JURÍDICA, URBANÍSTICA, TOPOGRAFIA E GEOPROCESSAMENTO A FIM DE PROMOVER A MEDIAÇÃO DE CONFLITOS E A EXECUÇÃO DOS TRABALHOS DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE INTERESSE SOCIAL E/OU ESPECÍFICO DE TÍTULOS REGULARIZADOS E ÁREAS URBANAS OU URBANIZADAS DO MUNICÍPIO DE LAGOA FORMOSA.

Duas são as razões do presente ato de impugnação, aos quais, persistindo-as, traz restrição à participação ao certame o que afronta os princípios constitucionais da ampla concorrência, legalidade, isonomia, impessoalidade e moralidade.

2.1.EXIGÊNCIA DA LICITANTE EM PROMOVER A MEDIAÇÃO DE CONFLITOS.

Analisando o presente Edital, verifica-se que no escopo do objeto, bem como no rol dos documentos de habilitação – item 10 – a fim de comprovação da qualificação técnica, há a exigência de promover a mediação de conflitos, por meio da qual – letra B, do item 10 - “a pessoa jurídica licitante tem autorização legal para atuar como Câmara de Mediação de Conflitos credenciada junto ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais” o que afronta diretamente a Lei 8.666/93 c/c a Lei 13.465/2017 que disciplina as regras gerais da regularização fundiária urbana.

Ora, a presente licitação tem como objeto principal a execução de prestação de serviço de regularização fundiária urbana seja na modalidade social ou específica no Município de Lagoa Formosa-MG. Desta forma, exigir para além do foco principal é desarrazoável e restringe a livre participação de empresas que detém expertise para tal finalidade.

A lei nº. 8.666/93 disciplinou de modo minucioso a matéria da qualificação técnica. Um dos caracteres mais marcantes da lei foi a redução da margem de liberdade da Administração Pública nesse campo e a limitação das exigências. **Buscou evitar que exigências formais e desnecessárias acerca da qualificação técnica constituam-se em instrumento de indevida restrição à liberdade de participação na licitação.** A legislação não proíbe as exigências de qualificação técnica, mas reprime exigências desnecessárias ou meramente formais.

Não obstante, a legislação específica para a promoção da regularização fundiária é a Lei 13.465/2017. Ela é o guia dos processos e procedimentos adotados pelos Entes Federados a fim de executarem uma política voltada para a regularização de imóveis urbanos.

Neste diapasão, a lei federal é cristalina ao tratar sobre a mediação de conflitos, delegando aos Municípios a **faculdade em criar** câmaras de prevenção e resolução administrativa de conflitos, no âmbito da administração local ou, mediante a celebração de convênio, utilizar os Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania ou as câmaras de mediação credenciadas nos Tribunais de Justiça.

Lado outro, ressalta-se de que a câmara de mediação só tem razão de ser quando houver situações concretas de conflitos, sendo um apêndice do procedimento da regularização, não tendo relação direta nos trabalhos da regularização fundiária, afetos, predominantemente, a serviços técnicos.

Assim, s.m.j., o pretendido pela administração ao escolher uma empresa que, para além da regularização fundiária promova a mediação de conflitos urbanos constitui em excesso de exigência e afronta o mandamento referente à regularização ao qual facultou ao município criar, no âmbito da administração local, câmara de prevenção de conflito ou, utilizar mediante celebração de convênio, da estrutura dos centros judiciários de solução de conflitos e cidadania ou as câmaras de mediação credenciadas pelo TJMG. Não oportunizando ao gestor lançar mão de processo licitatório para tal finalidade.

2.2. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.

O edital traz uma série de equivocadas exigências que novamente corroboram para a restrição da livre participação de empresas aptas a prestarem serviços de regularização fundiária ao município de Lagoa Formosa-MG.

De acordo com o item 10 do presente edital, no quesito da Qualificação Técnica é apresentada excessivas exigências, especialmente, as contidas nas letras “B”, “E”, “F”, “G” e em “outras comprovações”, o subitem “a”, vejamos:

Qualificação Técnica:

A- Comprovação que possui objeto compatível e pertinente com o objeto deste Pregão;

B- Comprovação de que a pessoa jurídica licitante tem autorização legal para atuar como Câmara de Mediação de Conflitos credenciada junto ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais;

C- Cópia autenticada ou original de Atestado emitido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, em nome de profissionais vinculados à licitante;

D- Os Profissionais detentores dos atestados técnicos devem ter vinculação com a licitante comprovada através de contrato social, carteira de trabalho ou contrato de prestação de serviços;

E- A equipe da empresa licitante deverá obrigatoriamente contar com os seguintes profissionais:

I. 01 (um) coordenador geral Advogado;

II. 01 (um) profissional com formação judicial e experiência em Mediação de Conflitos devidamente cadastrado no Conselho Nacional de Justiça e Tribunal de Justiça de Minas Gerais;

III. 01 (um) profissional com experiência comprovada através de atestados de capacidade técnica em Procedimentos Administrativos de Regularização Fundiária na modalidade REURB-S e REURB-E

IV. 01 (um) profissional com formação em Serviço Social devidamente registrada no CRSS – Conselho Regional de Serviço Social - com experiência comprovada e/ou especialização no terceiro setor e políticas públicas e em realização de cadastro dos beneficiários em procedimento de Regularização Fundiária;

V. 01 (um) profissional com formação em Agrimensura com registro no INCRA e no respectivo conselho de classe;

VI. 01 (um) profissional da Engenharia Civil com experiência comprovada em execução de Regularização Fundiária e especialização em Georreferenciamento e Gerenciamento de Projetos;

VII. 01 (um) profissional com experiência comprovada em execução de Regularização Fundiária na modalidade REURB-S e REURB-E e formação em Meio Ambiente;

VIII. Obs: Os profissionais descritos as alíneas “e”, “f” e “g” deverão apresentar a Certidão de Acervo Técnico – CAT devidamente registradas no Conselho de Classe ou documento equivalente;

IX. 01 (um) profissional da Psicologia com experiência junto a Mediadores em processos de Regularização Fundiária;

X. (01) profissional habilitado para executar procedimento de Georreferenciamento com formação em Meio Ambiente;

F- A experiência dos profissionais poderá ser comprovada por meio de atestados de capacidade técnica, diplomas, matérias em jornais ou sites, artigos ou livros publicados sobre a matéria;

G- Todos os profissionais das alíneas “a” e “b” deverão apresentar curriculum na plataforma lattes do CNPQ, do site <http://lattes.cnpq.br/>;

H- O vínculo dos profissionais indicados no item “E”, deve se dar nos mesmos termos do item “D”, deste Edital;

Outras comprovações:

a) Declaração de COMPROVAÇÃO DE APTIDÃO TÉCNICA, assinada pelo representante legal do ofertante, coordenador técnico e pelos profissionais que irão executar o serviço, acompanhado de documento comprobatório de direito que comprove os poderes de investidura para a assinatura da pessoa jurídica, onde ambos declaram ter capacidade técnica de executar os serviços licitados. (sem grifos no original)

Estas exigências afastam qualquer proporcionalidade e razoabilidade, demonstra a intenção na restrição à livre participação, fica evidente o confronto direto a Princípios Constitucionais da impessoalidade, da isonomia, da legalidade, da moralidade. É cristalino que o conteúdo e a extensão de tais exigências fogem do que é o real objeto da licitação.

Como, profundamente, mencionado no subitem anterior, exigir de que o proponente licitante tenha uma autorização do TJMG para atuar como câmara de mediação de conflitos é demasiado e extrapola os requisitos de qualificação técnica exigidos pela Lei 8.666/93.

Não obstante, além de requerer que a empresa licitante tenha um alargado número de profissionais em seu quadro de colaboradores, exige-se qualificações técnicas que extrapolam, demasiadamente, os requisitos mínimos de atribuição para a execução de trabalhos referentes à regularização fundiária.

Neste sentido, o edital engessou na figura de um advogado a função de coordenador geral – atribuição que pode ser plenamente realizada por profissional da carreira da engenharia, arquitetura, agrimensura e afins. Para além, requer, concomitante, um profissional da área jurídica, com experiência em mediação de conflitos E cadastrado no Conselho Nacional de Justiça E Tribunal de Justiça de Minas Gerais; um profissional da área da psicologia com experiência na mediação de conflitos; um profissional da área da engenharia civil, com experiência na regularização fundiária E com especialização em georreferenciamento E gerenciamento de projetos; um profissional para a área administrativa da regularização fundiária; um profissional com experiência em execução da regularização fundiária E com formação em Meio Ambiente; um profissional com habilidades em georreferenciamento E com formação em Meio Ambiente.

Não há dúvidas de um claro direcionamento prefigurado por inúmeras exigências e condições que fogem das regras licitatórias, haja vista, a exigência dupla de profissionais especializados em georreferenciamento e meio ambiente. Destaca-se que qualquer profissional que detenha atribuição pelo conselho técnico vinculado está apto a executar serviços relacionados ao georreferenciamento, não enrijecendo na carreira da engenharia civil, tal qualificação.

Salta aos olhos o edital estipular uma gama obrigatória de profissionais em que as qualificações são cumuladas, por exemplo, profissional da área da engenharia civil, com experiência na regularização fundiária E com especialização em georreferenciamento E gerenciamento de projetos, todavia, faculta a comprovação da efetiva experiência por meio de matérias em jornais **ou** sites, artigos **ou** livros publicados sobre a matéria. Ou seja, exigem-se profissionais altamente qualificados, entretanto, a comprovação de experiência pode ser feita por vários meios, não somente pelo atestado de capacidade técnica, emitido por órgão público ou instituição privada.

Por fim, há ainda a exigência da apresentação de declaração de comprovação de aptidão técnica assinada pelo representante legal da licitante, pelo coordenador técnico e por todos os profissionais que irão executar o serviço. Sendo assim, qual é a finalidade das Certidões de Acervo Técnico – CAT? Qual a razão em exigir além da CAT uma declaração de comprovação de aptidão técnica?

Estes fatos demonstram que as exigências estão desvinculadas do princípio da proporcionalidade e da razoabilidade, na confecção do edital. E a adoção de condições de participação desvinculadas do real objeto contratual – como é o caso apresentado e impugnado – desemboca na invalidade.

O edital apresenta situações de exigência de condição que não é necessária e exigência impertinente que o seu preenchimento não acarreta presunção de que o sujeito estaria habilitado a executar satisfatoriamente o contrato.

Nesta linha, é o ensinamento de Marçal Justen Filho, in Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, pg 388:

Quando a CF/88, no artigo 37, inciso XXI, determinou que as exigências seriam as mínimas possíveis, isso significou submissão da Administração a limitação inquestionável. Não cabe à Administração ir além do mínimo necessário à garantia do princípio da República. Logo, não se validam exigência que, ultrapassando o mínimo, se destinam a manter a Administração em situação confortável. A CF/88 proibiu esta alternativa.

Pode-se afirmar que, em face da Constituição, o mínimo necessário à presunção de idoneidade é o máximo juridicamente admissível para exigir-se no ato convocatório.

E ainda, provoca:

Logo, toda a vez que for questionada acerca da inadequação ou excessividade das exigências, a Administração terá de comprovar que adotou o mínimo possível. Se não for possível comprovar que a dimensão adotada envolvia esse mínimo, a Constituição terá sido infringida.

Se a Administração não dispuser de dados técnicos que justifiquem a caracterização da exigência como indispensável (mínima), seu ato será inválido. Não caberá invocar competência discricionária e tentar respaldar o ato sob o argumento de liberdade na apuração do mínimo. É claro que a referência constitucional se reporta ao mínimo objetivamente com provável – não àquilo que parece ser o mínimo em avaliação meramente subjetiva do agente.

A adoção de condições de participação desvinculadas do objeto contratual pode desembocar na invalidade. São inválidas, primeiramente, as condições não necessárias. Isso se passa naqueles casos de exigências que ultrapassam os requisitos mínimos exigíveis do interessado em formular uma proposta. Caracteriza-se o excesso, provocando a exclusão de pessoas que poderiam executar satisfatoriamente o objeto licitado. O defeito, por assim dizer, é quantitativo. A Administração poderia impor exigência daquela natureza, mas ultrapassa os limites adequados ao fazê-lo. Assim se dá, por exemplo, quando se exige comprovação de capacidade financeira em montantes desproporcionalmente mais elevados do que seria necessário.

Como se não bastassem as inobservâncias do Administrador Público, acrescente-se a afronta ao princípio da competitividade, repudiado pelo Superior Tribunal de Justiça:

RESP 474781/DF

(...)

É certo que não pode a Administração, em nenhuma hipótese, fazer exigências que frustrem o caráter competitivo do certame, mas sim garantir ampla participação na disputa licitatória, possibilitando o maior número possível de concorrentes, desde que tenham qualificação técnica e econômica para garantir o cumprimento das obrigações.

Por todo exposto, espera o Impugnante seja:

- 1) A presente impugnação recebida e conhecida;
- 2) O sr. Pregoeira acolha a presente impugnação para:
 - a. Retirar do objeto do edital a exigência da mediação de conflitos, bem como o item B da qualificação técnica;
 - b. Retirar do edital o item E da qualificação técnica que extrapolam o mínimo necessário na satisfação da execução da regularização fundiária no Município de Lagoa Formosa-MG;
- 3) Que seja definida e publicada nova data para realização do certame, ressaltando desde já que qualquer alteração porventura realizada no edital necessariamente levará a republicação do mesmo.

Espera deferimento.

Uberlândia, 09 de novembro de 2021.



Francisco Barroso Filho

CPF 324.884.751-49